



O CONTEXTO HISTÓRICO DE EXPANSÃO DO CTISM: REFLEXÕES INICIAIS

Educação Inovadora e Transformadora

Talia Giacomini Tomazi¹
Roselene Moreira Gomes Pommer²

RESUMO

As transformações vividas pelo setor industrial brasileiro a partir da Revolução da Automação, exigiram mudanças no processo de formação da mão-de-obra operária. Em decorrência disso, o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) como locus dessa formação, refletiu nos campos pedagógicos e estruturais, os novos contextos políticos decorrentes das alterações no mundo do trabalho e das necessidades de novas formações. Diversificou-se a oferta de cursos, bem como suas modalidades de ensino. Porém, mesmo que determinados governos, em épocas diferentes, tenham priorizado ou não o ensino profissionalizante, a distância entre as áreas propedêutica e técnica de ensino, que embasam os currículos dos cursos técnicos, não deixou de existir e se sedimentar. Isso decorre do fato de a escola não ser uma categoria neutra inserida em um corpo social. Antes, ela reflete as diferenças de concepções culturais, políticas e econômicas que o corpo social ao qual corresponde construiu ao longo de seu processo histórico. Essa pesquisa exploratória pretende situar politicamente as mudanças educacionais e estruturais pelas quais o CTISM passou nos últimos 15 anos, a partir das novas políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Sua pertinência está no fato de que as experiências passadas poderão auxiliar na elaboração das expectativas e das circunstâncias contextuais que construirão o futuro.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO. NEOLIBERALISMO. HISTÓRIA.

Introdução

A escola enquanto instituição de educação formal, principalmente quando mantida pelo Estado, desempenha estratégicas funções ideológicas, pois representa o locus das políticas educacionais implementadas pelas classes dominantes. Nesse sentido, o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) não foi uma exceção. Em meio ao projeto de educação pública implementado a partir de 2003 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que postulava sobre um ensino de qualidade, laico, emancipador e promotor da superação das

¹ Acadêmica do curso de Filosofia – Bacharelado, Universidade Federal de Santa Maria, talia.tomazi@gmail.com.

² Professora Doutora em História, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – UFSM roselenepommer@ctism.ufsm.br.



desigualdades sociais, o CTISM manteve fortes contradições em suas ações pedagógicas.

Foi no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964 em meio às instabilidades sociais, do qual decorreram promessas de desenvolvimento e de milagre econômico, que o CTISM foi fundado. Para além da formação técnica de nível médio, que visava a qualificação de mão-de-obra em uma cidade de expressivo contingente operário decorrente da Rede Ferroviária Federal, a implementação da Instituição representou, também, a possibilidade de controle ideológico sobre a massa de trabalhadores regionais.

Assim, o processo histórico dos primeiros 50 anos do CTISM refletiu as transformações ocorridas tanto no âmbito federal, como no regional. Dessas transformações decorreram algumas adequações estruturais que objetivaram atender às mudanças que o sistema produtivo capitalista mundial impunha. A ampliação de cursos, de espaços físicos como laboratórios, contratações de novos servidores, entre outras medidas, fazem parte de um momento político recente de resgate e revitalização do patrimônio público e das funções assumidas pela educação profissional. Em especial, os últimos dez anos foram significativos para o processo de renovação do Colégio que teve parte de sua história marcada pelo congelamento dos investimentos e sucateamento das instituições públicas por parte de governos neoliberais. Essa pesquisa pretende estabelecer uma conexão concisa entre as novas ações adotadas pelos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o estágio atual do capitalismo mundial, identificando-se a complexa conjuntura da educação profissional e das práticas pedagógicas aplicadas no CTISM.

Resultados e Discussões:

Os espaços físicos reservados ao ensino no Brasil possuem um riquíssimo acervo de dados e informações que revelam as experiências de nossa colonização escravocrata e que, mais contemporaneamente, adotou contornos de um projeto neoliberal (Frigotto, 2007), no intuito de atender às novas exigências do capitalismo



mundial. Essas práticas (re)produziram significativos impactos nas ações pedagógicas desenvolvidas por todo o sistema educacional nacional.

A heterogeneidade étnico-cultural da população brasileira marca as diferentes realidades das instituições de educação. Outros fatores como as regiões em que essas instituições são instaladas, os grupos que influenciam a dinâmica social, o desenvolvimento sócio-econômico, entre outros, acabam refletindo expressivamente na organização de um determinado espaço escolar e em suas respectivas pedagogias.

Deste modo, as pesquisas que são realizadas tendo como campo de análise os elementos que permeiam a educação precisam e podem utilizar-se de várias fontes para a análise de seus objetos. A documentação arquivada nas instituições de ensino: atas de reuniões, cadernos de registros de conteúdos, memórias orais e escritas, literaturas e demais produções denunciam as perspectivas e as demandas de seus grupos e dão visibilidade a traços por vezes esquecidos nos projetos educacionais.

Essa diversidade de fontes possibilita a construção de trabalhos sólidos e comprometidos com a investigação e com a compreensão dos processos de elaboração identitária das instituições de ensino (Corsetti, 2007). Tendo como metodologia as análises qualitativa e quantitativa de documentos escolares, associados à produção bibliográfica de autores que se debruçam sobre a história das instituições escolares, busca-se compreender o processo de renovação pedagógica experimentado pelo CTISM, após a instalação da SETEC, ou seja, após 2003.

De forma geral, o estudo sobre o processo histórico dos primeiros cinquenta anos do CTISM se organiza em quatro fases:

a primeira, a “fase de implantação”, período que vai de 1963 até 1970; a segunda, a “fase de afirmação”, de 1971 até 1984; a terceira, “fase de revisão”, de 1985 até 2003; e a quarta, a “fase de renovação”, que envolve os últimos anos. A partir da análise dos contextos históricos que são próprios de cada fase, pretendemos localizar as condicionantes para a produção de identificações multifacetadas elaboradas pela cultura pedagógica do CTISM (POMMER e LIMA, 2010, p. 03).



Essa pesquisa refere-se a análise da quarta fase, a de renovação, iniciada em 2003 e subsequente a fase de revisão, que compreendeu os anos de 1985 até 2002. É nesta terceira fase que encontram-se os condicionadores estruturantes das ações tidas como “renovadoras”, que caracterizaram a quarta fase. Aquele período correspondeu a interferência neoliberal sobre as políticas educacionais. Na época, as privatizações e o enxugamento da máquina estatal, sintonizadas com as políticas econômicas internacionais (Souza, 2008), fizeram prevalecer um conjunto de medidas de cooptação dos espaços públicos, pelos interesses privados.

Desse modo, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, a educação profissional sofreu reformulações, orientadas pela perspectiva neoliberal. O Decreto nº 2.208/97, mesmo sofrendo resistências dos profissionais da educação, pode ser considerado uma das ações mais expressivas da política da época. A educação profissional, a partir da aprovação do decreto, passou a ser ofertada de forma desvinculada da formação de nível médio. Isso aprofundou ainda mais a “dualidade entre a formação específica e a formação geral” (Ciavatta & Ramos, 2011) pois, com a automação da produção industrial, a necessidade de mão-de-obra qualificada adaptada às instabilidades do capitalismo flexível, se acentuou.

Com esse pano de fundo, a separação da educação profissional do ensino médio possibilitou e orientou as práticas pedagógicas, sem ênfase à formação humana e sim condicionadas às necessidades do mercado, responsabilizando os próprios trabalhadores pela sua empregabilidade e a manutenção dos mesmos em seus cargos. As dimensões humanas, a saber: o trabalho, a técnica, a cultura e a ciência foram postas de lado. O Estado não dava a merecida atenção para a formação dos trabalhadores pela formação dos trabalhadores.

Deste contexto, emergiram os desafios enfrentados pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2002. Uma de suas primeiras medidas foi a revogação do Decreto 2.208/97, com a aprovação do Decreto 5.154/2004, através do qual as escolas poderiam, novamente, ofertar o ensino técnico de forma integrada a formação básica de nível médio. A abertura de 214 escolas de ensino profissional e tecnológico com a criação dos Institutos Federais de Educação



Ciência e Tecnologia (IFETs), entre outras providências para a ampliação do ensino técnico de níveis médio e superior objetivaram, em um primeiro momento, diminuir os impactos provocados pelas políticas de privatização dos governos anteriores.

O CTISM, entre outros fatores, por apresentar uma localização geográfica estratégica – região central do Estado, e por estar vinculado à Universidade Federal de Santa Maria viveu, nos últimos dez anos, um período de prosperidade e de significativa expansão. A chamada fase de renovação compreende, então, o período em que o governo federal propôs o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Neste plano, um conjunto de deliberações buscou contemplar e incentivar as potencialidades das instituições de educação, principalmente aquelas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Com investimentos superiores a 04 bilhões de reais na educação pública, com o aumento de mais de 500.000 novas vagas nos cursos técnicos e com a formação e nomeação de professores para atuarem especificamente na EPT, as unidades da rede federal puderam melhorar suas estruturas, bem como a qualidade de ensino ofertado às suas comunidades. Alguns dados referentes a expansão do CTISM facilitam a compreensão da mudança das orientações ideológicas que conduziram o país antes e depois de 2002.

Essa instituição, até a aprovação do Decreto 5.154/04, possuía uma infraestrutura muito debilitada, com equipamentos obsoletos à tecnologia empregada na virada do século XX para o XXI, muitos dos quais haviam sido doados por empresários da cidade. Os professores, por sua vez, não dispunham de acesso à formação continuada e cursos de qualificação para atender as demandas do mercado de trabalho e isso impactava diretamente na formação dos estudantes. Em média, o número de estudante era de 650 distribuídos em 5 cursos e contavam com apenas 20 professores.

Nos registros disponibilizados pelo setor administrativo do CTISM, pode-se constatar que durante um período de 5 anos os concursos públicos foram congelados. A data da última admissão na instituição foi do ano de 1998 e, apenas em 2004, já no governo Lula, novas contratações foram homologadas. Esses



números são significativos, pois demonstram o descaso com as instituições públicas e a despreocupação quanto a qualidade de ensino ofertada a comunidade.

No intuito de contornar a situação de precariedade e desmonte que a EPT havia sofrido anteriormente, algumas medidas foram assumidas pelo governo federal. A criação da SETEC em 2003, o plano de Expansão da Rede Federal em 2005, prevendo atingir o número de 354 unidades destinadas à educação até 2010 e a lei 11.892 de dezembro de 2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional são exemplos das primeiras iniciativas tomadas para revitalizar as instituições já existentes e para expandir para novos lugares. O CTISM teve seu cenário modificado positivamente com essas mudanças. Desde 2005, o quadro de servidores da instituição foi acrescido com vistas em atender o crescente aumento da oferta de vagas, proporcionadas pelos novos cursos. Atualmente, a instituição tem cerca de 1.442 estudantes matriculados e conta com o trabalho de 127 servidores, distribuídos entre professores da educação básica, técnica e tecnológica e técnicos administrativos.

A oferta de cursos também aumentou significativamente. De 05 cursos que já não satisfaziam as exigências do mercado em 2001, passou-se para 15 cursos no final do ano de 2017. Dentre os novos cursos ofertados, pode-se ressaltar 04 cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo que um deles integra o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), 03 cursos tecnológicos e um curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional e Tecnológica. O espaço físico do Colégio também cresceu, de 4.056,14 m² de área construída em 2007, para 8.307,33 m² em 2017, distribuídos em 6 prédios, com salas de aula, auditório, biblioteca e 37 laboratórios para as aulas práticas.

Considerações Finais:

Mesmo que as ações anteriormente relatadas tenham promovido mudanças estruturais na instituição, questiona-se: a expansão da educação profissional,



amparada pelos projetos de financiamento federal, alterou as práticas pedagógicas e a vida dos estudantes e/ou trabalhadores da instituição aqui analisada? Apesar dos avanços (em números como: espaço físico, profissionais, cursos) vividos pela educação profissional no Brasil, as políticas públicas que a norteiam continuaram orientadas pelas demandas das classes hegemônicas. A burguesia ligada às necessidades do capitalismo flexível mundial continua intervindo na adoção de políticas, ligadas às necessidades do capitalismo flexível em nível mundial.

Deste modo, as práticas pedagógicas e os currículos dos cursos acabam se estruturando no intuito de sanar as fragilidades que o trabalhador pode encontrar no mercado de trabalho. As fragilidades mencionadas se referem a não contemplação de uma formação omnilateral que possibilite ao trabalhador compreender sua situação social, fazendo-o refletir de forma ampla e crítica e estimulando-o a desenvolver todas as suas potencialidades. A estrutura curricular negligênciaria a formação humana dos futuros profissionais, destinando a maior parte do tempo de formação às disciplinas de conhecimentos técnicos, isoladas dos contextos históricos, políticos, econômicos e sociais denunciando a ideologia defendida pelas demandas produtivas.

Então, o objetivo da EPT é de suprir os interesses empresariais de qualificação do exército de mão-de-obra reserva. Esse exército, por sua vez, mantém a precarização salarial e de condições de trabalho de um grupo social formado para a execução de funções técnicas, práticas e operativas. O papel de pensar e administrar as estruturas produtivas continua reservado aos filhos das classes dominantes que ocupam as vagas dos cursos superiores de elevado *status quo* nas universidades públicas.

Assim, o aparelho estatal, ao assumir para si a responsabilidade com a formação meramente prática e operativa dos trabalhadores, constitui-se em um instrumento para o atendimento dos interesses privados dos grupos hegemônicos, barateando o processo de produção e aumentando os lucros capitalistas.



Referências Bibliográficas:

CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

CORSETTI, Berenice. Movimento social e escola no Rio Grande do Sul: um estudo no campo da História das Instituições Educativas. Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 525-546, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1821/1585>>

DEITOS, Roberto Antonio. LARA, Ângela Mara de Barros. Educação Profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. v. 21, n. 64, p. 165-188, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-2478201621640>>

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>>

POMMER, Roselene. LIMA, Bruna. O Processo Histórico de Instalação do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM/UFSM. In X Encontro Estadual de História. Santa Maria, 2010. Disponível em http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279375749_ARQUIVO_OProcessoHistoricodelInstalacaoCTISM.pdf Acessado em 27/11/2018.

SOUZA, Evaldo Roberto. Reforma da Educação Profissional do Governo FHC no CEFET-PB: A Representação Social como Mediação. João Pessoa, n. 16, p. 38-38, set. 2008. Disponível em: <https://updoc.site/queue/reforma-da-educao-profissional-do-governo-fhc-no-cefet_pdf?queue_id=1&x=1531225769&z=MjAwLjEzMi4yNC40Nw=>